

# Corte pode desempregar 200 mil

Se os ministros do Planejamento e da Fazenda confirmarem o corte de Cr\$ 18,7 trilhões nos investimentos das empresas estatais e de Cr\$ 1 trilhão de gastos com remuneração de pessoal, esta medida irá provocar uma diminuição no nível global de emprego no País, o que significa a queda de 150 a 200 mil empregos diretos e indiretos, revelou ontem a secretária de Emprego e Salários do Ministério do Trabalho, Dorothéa Werneck. Após a divulgação da idéia da redução de investimentos no setor público, os técnicos do Ministério do Trabalho fizeram um estudo do impacto que a medida poderia ter sobre o emprego durante este ano e constataram que o setor de indústria de bens de capital será o mais afetado.

Dorothéa Werneck anunciou ainda que o setor privado também acabará sendo prejudicado com o corte de investimentos nas empresas estatais, principalmente com relação ao nível

de geração de empregos. "Sempre que se faz cortes de investimentos públicos — observa —, o setor privado acaba sendo sensivelmente prejudicado, já que o Governo é o seu maior consumidor". Caso a idéia da redução dos gastos se concretize, provocando a queda de aproximadamente 200 mil empregos, o Plano Prioridades 85, do Governo federal, que visa gerar empregos nos Estados e municípios, acabará sendo anulado, uma vez que a verba destinada ao programa — Cr\$ 50 bilhões — é suficiente para a criação de apenas cerca de 10 mil empregos por ano.

## CRISE

A partir de hoje os técnicos da Secretaria Especial de Controle das Estatais (Sest) e do Conselho Nacional de Política Salarial (CNPS) definem o esquema de operacionalização da recém-criada Comissão Interministerial de Salário das Estatais (Cise), que passa a funcionar de vez na Seplan, saindo da respon-

sabilidade do Ministério do Trabalho. De agora em diante todos os acordos coletivos das empresas estatais serão homologados através do Cise.

Ela afirma que o CNPS era coibidor e controlador da política salarial das empresas estatais e necessitava passar por mudanças. A saída seria estabelecer um mecanismo de negociação, permitindo um maior raio de manobra para o fechamento dos acordos, analisando o caso e a situação financeira de cada empresa em separado, criando parâmetro de negociação específicos para cada empresa.

A secretária Dorothéa Werneck descarta a possibilidade de mais arrocho salarial com a criação da Cise. Ela diz que, ao contrário, mediante a avaliação que será feita pela Cise, vão ser apontadas as empresas que têm melhores condições de fechar acordos salariais com maiores reajustes e concessão de mais benefícios.